

● REGIÃO

“Eu e o governo estamos de consciência absolutamente tranquila”

ORLANDO DRUMOND
odrumond@dnoticias.pt

O presidente do Governo Regional da Madeira está de consciência tranquila e muito interessado em contribuir para o cabal e célere esclarecimento das suspeitas, na investigação onde é visado por crimes de participação económica em negócio e prevaricação, para além da eventual violação das regras comunitárias em matéria de adjudicação.

“O Governo Regional e a minha pessoa disponibilizam tudo o que é necessário para se apurar o mais rapidamente a verdade”, assegurou, ontem, Miguel Albuquerque, na primeira reacção pública às buscas pelo Departamento Central de Investigação e Acção Penal (DCIAP) à sede da Sociedade de Desenvolvimento da Madeira (SDM), instalações da Vice-presidência do Governo Regional e ainda na Quinta Vigia.

Aguardado por um ‘batalhão’ de jornalistas à entrada de vereda recuperada na zona do fanal que foi ‘inaugurar’, Albuquerque considerou ser “fundamental, neste momento, esclarecer tudo o que é necessário esclarecer”, reafirmou.

Invocou os “25 anos de vida pública” em cargos políticos para deixar claro que repudia “esquemas de violação da lei”, razão para não ter nada a esconder e estar “perfeitamente de consciência tranquila”, convencido de não ter cometido “qualquer ilegalidade” nem promovido “acto ilícito”.



Albuquerque diz que “é bom que investiguem” por suspeitar de interesses políticos ocultos. FOTO ASPRESS

Disse ainda não se sentir atingido na honra, uma vez que não está acusado nem foi constituído arguido e, menos ainda, condenado. “Sempre actuei no quadro do meu comportamento, sempre dentro dos padrões éticos e vou continuar a fazê-lo”, assegurou.

Admitiu que possa ter tomado decisões erradas para sublinhar que “tomar uma decisão errada ou controversa não é a mesma coisa que uma decisão ilícita”, defendeu-se.

ALBUQUERQUE DIZ QUE DECIDIR ERRADO NÃO SIGNIFICA DECIDIR ILICITAMENTE

Por estar em causa a renovada concessão, em 2017, da SDM ao Grupo Pestana, Albuquerque contrapõe que foi “a decisão certa” tendo em conta “os resultados” dos últimos anos e as “grandes vantagens” para a Região proporcionadas pelo Centro Internacional de Negócios da Madeira.

Esclareceu ainda que a sua residência particular não fora alvo de buscas e fez saber que “toda a gente sabe o que é que está por detrás

“COVARDIA DE CARTA ANÓNIMA”

■ O ex-presidente do Governo Regional comentou, no Twitter, de forma indirecta, a investigação que o Departamento Central de Investigação Penal está a fazer à venda da Quinta do Arco e à adjudicação, por ajuste directo, pelo Governo Regional da Madeira, da concessão da administração e exploração da Zona Franca da Madeira à SDM - Sociedade de Desenvolvimento da Madeira, S.A.

Alberto João Jardim intitulou a sua mensagem de ‘Coincidência!’ e referiu: “Quando os socialistas, apoiados pelo fascismo comunista do ‘bloco’ dito de ‘esquerda’ (ex-UDP), tentam rebentar a Zona Franca - o que beneficia concorrentes estrangeiros - aparece agora este ‘ruído’...com base na covardia de carta anónima”.

disto”. E o que é que está por detrás disto? “Não vou dizer”, respondeu. Mas não tardou a afirmar que a denúncia “foi feita com fundamento político”. Revelou ainda que “não é problema” se tiver que ir a tribunal responder.

“Eu e o governo estamos de consciência absolutamente tranquila”, reiterou. Concluiu por isso que “é bom que investiguem” por entender que “não há nada para esconder”, concretizou.

Investimentos Habitacionais recebe 3,5 milhões



Verba para a IHM destina-se a rendas sociais. FOTO IHM

ANDREIA DIAS FERRO
aferro@dnoticias.pt

A Investimentos Habitacionais da Madeira (IHM) vai receber uma indemnização compensatória, por parte do Governo Regional, no valor de 3,5 milhões de euros. O valor pretende colmatar a atribuição de rendas sociais, e pelos acréscimos de gastos no âmbito das missões de interesse público confiadas pela Região no domínio da habitação com fins sociais e actividades conexas.

Esta foi uma das decisões tomadas ontem em sede de Conselho de Governo, onde ficou decidido conceder mais 45 dias ao prazo estipulado para que os operadores de

FOI PRORROGADO PRAZO PARA CONDUTORES DA TVDE SE ADAPTAREM À LEI

plataformas electrónicas, os operadores de TVDE, os respectivos motoristas e os veículos a afectar ao serviço, que já se encontram em actividade na Região, possam conformar a sua actividade com a legislação em vigor na Madeira.

Já a empreitada de ‘prevenção e Mitigação do Risco de Derrocadas nas Escarpas Sobranceiras à

E.R. 223 - Troço Estreito da Calheta - Jardim do Mar - Fase B’ foi adjudicada à Tecnovia Madeira, por 13.673.760 euros, com prazo de 545 dias, de acordo com a respetiva proposta.

No âmbito dos apoios, a Casa do Povo de São Gonçalo vai receber um apoio monetário de 47.580 euros; a ASA - Associação para o Desenvolvimento da Freguesia de Santo António recebe igual valor; a Assistência Social Adventista vai receber 36.361,60 euros com a finalidade de compartilhar os encargos com a aquisição de uma plataforma elevatória e o Centro Social e Paroquial da Santíssima Trindade da Tabua vai ser apoiado com 31.796,06 euros.